



WWW.LETRAS.UFSCAR.BR/LINGUASAGEM

A PLATAFORMA “AVE” DO INSTITUTO CERVANTES: A POSIÇÃO ANALÍTICA DA COPESBRA¹

Gonzalo Abio²

Lívia Márcia Tiba Rádís Baptista³

Mônica Ferreira Mayrink O’Kuinghttons⁴

Neide Maia González⁵

Valesca Brasil Irala⁶

Considerações iniciais

No dia 4 de agosto de 2009, foi noticiada a existência, no portal do Ministério da Educação, de um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Cervantes (IC). Naquela mesma data, as duas instituições assinaram uma Carta de Intenções, na qual se afirmava que o Instituto Cervantes, centro com sede na Espanha e com nove filiais no Brasil, seria responsável “por formar professores brasileiros e tornar disponíveis recursos didáticos e técnicos para o ensino do espanhol nas escolas públicas” e se enfatizava a importância desse acordo no sentido de “promover o ensino da língua espanhola no Brasil por meio da educação a distância”⁷.

Para começar a concretizar esse acordo, foi posto em prática, imediatamente após sua assinatura, um projeto piloto para capacitar trinta professores, de seis regiões do país, indicados pelas Secretarias da Educação de seus respectivos estados, cujos gastos foram custeados pelo MEC. Os professores tiveram que, ao longo de duas semanas, aprender a manipular a plataforma e, posteriormente, receberam capacitação

¹Plataforma AVE (*Aula Virtual de Español*) ave.cervantes.es/por.htm; COPESBRA (Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro).

² Centro de Educação, UFAL, gonzalo_ufal@yahoo.com.br

³ Departamento de Letras Estrangeiras, UFC, liviarad@yahoo.com

⁴ Departamento de Letras Modernas, FFLCH, USP, momayrink@usp.br

⁵ Departamento de Letras Modernas, FFLCH, USP, ne.maia@terra.com.br

⁶ UNIPAMPA, valesca.iralala@unipampa.edu.br

⁷ Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14072, acesso em 28/10/2010.

por intermédio dela, para tornar-se tutores de cerca de seiscentos alunos, os quais a deveriam utilizar como recurso de aprendizagem até o final daquele ano, o que de fato ocorreu, sem prévia avaliação por equipe de especialistas da adequação do material para esses fins.

Preocupados com a natureza, os termos, os objetivos e o alcance de tal acordo e com suas consequências, bem como interessados em colaborar para o cumprimento, com qualidade da Lei 11.161/2005, que prevê a implantação do espanhol como disciplina de oferta obrigatória em todas as escolas brasileiras do Ensino Médio, a então recém-criada COPESBRA (Comissão Permanente de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro) designou uma subcomissão de especialistas que analisaram a plataforma para o ensino do espanhol intitulada *Aula Virtual de Español* (doravante AVE), utilizada no referido Projeto Piloto.

Este texto apresenta uma síntese das reflexões realizadas por essa subcomissão e fundamenta-se nos seguintes critérios de análise:

1. a pertinência do material disponibilizado no AVE para promover o ensino de espanhol para alunos brasileiros do Ensino Médio;
2. a consonância desse material com as diretrizes e princípios orientadores do disposto em documentos oficiais elaborados pelo MEC, especificamente as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)⁸ e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁹;
3. a consideração de questões técnicas para aplicação no atual contexto da escola pública brasileira.

Em primeiro lugar e como observação mais genérica, a análise feita aponta para a conclusão de que a plataforma AVE é constituída de um material que, além de se mostrar pouco adequado para ensino de espanhol na escola pública brasileira, não é inovador no que se refere ao entendimento sobre as concepções de língua e de aprendizagem. Repetem-se na plataforma as concepções vigentes nos materiais

⁸ MEC: *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens Códigos e suas Tecnologias*, v. 1. Capítulos "Conhecimentos de Línguas Estrangeiras" e "Conhecimentos de Espanhol". Brasília, MEC/SEB, 2006. Disponível em portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf

⁹ Os editais PNLD 2011 (anos finais do Ensino Fundamental) e PNLD 2012 (Ensino Médio) estão disponíveis, respectivamente, em <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-consultas> e <http://www.fnde.gov.br/index.php/edital-pnld-2012-ensino-medio>

didáticos mais convencionais para o ensino do espanhol, tanto naquilo que eles têm de adequado, quanto naquilo que têm de limitado, do ponto de vista metodológico e pedagógico. Na sequência, apresentamos os tópicos que foram avaliados e as considerações feitas pela subcomissão.

Pertinência do material disponibilizado na Plataforma AVE para promover o ensino de espanhol para alunos brasileiros do Ensino Médio

Por se tratar de um material que, em princípio, é apresentado no acordo do MEC e do IC com o objetivo de promover o ensino a distância, é de fundamental importância considerar a que público está destinado (faixa etária, ensino regular, objetivos de aprendizagem etc.). Nesse sentido, constatamos que o curso AVE não se apresenta como específico para um público definido (de tipo A, B, C...Z), o que nos leva a inferir que ele parte do princípio de que é possível ensinar língua a um sujeito genérico, a-histórico, independentemente de seu contexto sociocultural, como se fosse o mesmo ensinar espanhol a brasileiros ou a chineses, por exemplo. De modo análogo, poder-se-ia pensar que é igual ensinar língua a jovens, a adultos e também a aprendizes com diferentes objetivos e necessidades. Dessa forma, o material não oferece indicação explícita da faixa etária específica à qual se destina nem dos objetivos de aprendizagem que se propõe a atender. Em outras palavras, a proposta do material AVE parece querer valer para qualquer aluno, de qualquer contexto, de qualquer lugar do mundo e de qualquer idade; e, sob essa ótica, não seria necessário respeitar diferenças, necessidades e interesses individuais ou de grupos específicos.

Observamos, também, que o curso não está consoante com as necessidades formativas que a educação básica regular demanda, dentre as quais cabe destacar a de promover a formação para a cidadania e a participação ética e crítica do sujeito na sociedade. Além disso, o material não apresenta desafios reais de compreensão ou produção para esse aluno, de modo que ele possa construir sentidos para sua inserção na sociedade, local e global, como sujeito histórico.

Quanto à estruturação do curso e disposição do conteúdo, fica evidente que ele segue a tradicional organização e divisão temática dos livros didáticos de ELE publicados por editoras estrangeiras, notoriamente as espanholas, que chegam ao Brasil. Do nosso ponto de vista, essa orientação é um retrocesso em termos de ensino de espanhol para brasileiros, pois sabemos que, atualmente, muitos livros publicados no Brasil têm apresentado propostas diferenciadas e condizentes com as necessidades de aprendizagem do aluno brasileiro e que cumprem essas etapas de seu processo educativo (Ensino Fundamental e Ensino Médio), em consonância com as orientações e com os princípios expostos em documentos oficiais elaborados pelo MEC, como as OCEM e o PNLD. Cabe esclarecer que, em 2008, o MEC decidiu incluir no PNLD o

componente curricular Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol) e que, quando o acordo MEC-IC foi firmado, em 2009, já estava sendo realizada a seleção de coleções para o PNLD 2011 (6º a 9º ano do Ensino Fundamental), seleção essa que pautava suas escolhas nos termos do edital então já publicado, no qual fica bem claro o que e como se espera que sejam os materiais usados para o ensino de língua estrangeira nesse nível da educação regular; nessa data, também já estava sendo lançado o PNLD 2012 (coleções para o Ensino Médio), cujo edital também esclarece bem o que se espera dos materiais para essa finalidade.

Desse modo, portanto, o conteúdo, as atividades e as propostas metodológicas encontradas na Plataforma AVE, na melhor das hipóteses, equiparam-se às de outros livros didáticos já conhecidos e criticados¹⁰. Uma evidência disso é que os recursos tecnológicos, embora de boa qualidade, não ocultam a convencionalidade com que o ensino da língua é apresentado. Assim, por exemplo, ao analisar como a Plataforma AVE pode ser empregada no ensino de espanhol para alunos na faixa etária de 15 a 17 anos (Ensino Médio), poderíamos dizer, em um primeiro momento, que as animações (aventuras) que aparecem em cada módulo podem despertar seu interesse. Contudo, destacamos que elas são extremamente artificiais e desconectadas da realidade dos alunos. Essa artificialidade contraria até mesmo o que preconiza a abordagem comunicativa, que predomina há mais de três décadas no ensino de línguas, no que se refere ao emprego de materiais predominantemente autênticos ou didaticamente reelaborados (sem perder verossimilhança com os gêneros e situações cotidianas) para a apresentação dos conteúdos a serem abordados ao longo das distintas unidades didáticas.

Assim, consideramos que o material não prioriza as necessidades do público a que se destinaria e menos ainda o que o próprio MEC, em seus diversos documentos, entende que deve ser a educação brasileira, neste caso, a educação linguística, por ele regulada e ofertada, em especial quando se pensa no Ensino Médio e mesmo no Ensino Fundamental.

Tal constatação, mais uma vez, reforça a convicção de muitos dos pesquisadores e professores de espanhol no Brasil, de que, no que se refere ao ensino nesse contexto, o mais adequado é o emprego de materiais didáticos elaborados de acordo com critérios estabelecidos pela legislação educativa brasileira (tal como o faz o PNLD, quando escolhe livros para essas finalidades educativas). Ao se adotarem tais critérios, reforça-se a importância de que sejam estimulados e disseminados os cursos

¹⁰ É recomendável também, para entender estas considerações, a leitura do Guia do Livro Didático PNLD 2011, disponível em <http://www.fnnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico>

de formação continuada destinados a professores da educação básica para que possam, inclusive, produzir seus próprios materiais ou, pelo menos, avaliar criticamente os materiais que lhes são oferecidos. Portanto, entendemos como problemático o uso de materiais pensados para um público internacional (como é o caso da Plataforma AVE) ou sem perfil claramente definido, que ignora o complexo contexto brasileiro bem como a especificidade do ensino regular e o papel que cabe à língua espanhola nesse contexto. Consideramos igualmente grave, tal como já foi dito, que essa utilização tenha sido feita no referido Projeto Piloto sem uma avaliação prévia, por especialistas, da adequação do material aos seus propósitos.

Ainda no que diz respeito ao público-alvo da Plataforma AVE, consideramos que essa proposta de curso virtual pode funcionar bem com adultos que têm familiaridade com o uso de computadores e que necessitam aprender a língua, geralmente com finalidades profissionais ou acadêmicas imediatas, e não têm tempo de frequentar cursos presenciais. Ele atenderia, talvez razoavelmente, ao perfil de aluno responsável, autônomo e altamente motivado para a aprendizagem do idioma com finalidades eminentemente práticas, mas não poderia, de forma alguma, funcionar como material central daquilo que se entende como um componente curricular no âmbito da educação regular, já que este deve compor, com os demais, um conjunto coeso que, espera-se ao menos, dialogue entre si, para o que não serviria um curso a distância, desvinculado da grade curricular. Diante disso, interessa-nos tratar, a seguir, da concepção de aprendizagem subjacente à proposta do material, tendo em vista suas implicações para o ensino de espanhol no contexto escolar.

Ao analisar o material, observamos que está pensado para ser utilizado de forma individual e que não há, no corpo das atividades, propostas que motivem a postura colaborativa e a interação com outros participantes do grupo, induzindo a uma prática pedagógica que não condiz com a concepção de aprendizagem apresentada nas OCEM.

Essa característica da Plataforma AVE, qual seja, a de reforçar a individualidade na aprendizagem em detrimento de uma concepção interacionista e construtivista que leve a promover uma articulação das diferentes áreas de conhecimento, não se coaduna, também, com aquilo que está previsto na própria lei 11.161, na qual fica claro que a disciplina de Língua Espanhola deve ser integrada ao ensino como um componente curricular, devendo, portanto, interagir com aos demais componentes curriculares ofertados. O material não atende, portanto, às finalidades educativas que deve ter o Ensino Médio, no qual o que se visa é à formação integral do indivíduo e sua plena integração, como cidadão, à sociedade na qual vive.

Um outro aspecto a ser considerado no que diz respeito à proposta de uso desse material na rede pública de ensino, especificamente com alunos do Ensino Médio, e que não podemos deixar de registrar, é que a Plataforma AVE não é ideal ou

mesmo sequer adequada às condições da maioria dos laboratórios de informática existentes nas escolas.

Pensando nas dificuldades encontradas no contexto escolar (ausência de laboratórios de informática, número inferior de equipamentos em relação ao número de alunos em cada turma, não disponibilidade de máquinas e equipamentos compatíveis indisponibilidade dos programas requeridos para o bom uso da plataforma e mesmo inexistência de banda larga para acessá-la ou se existe, com baixa velocidade, dentre outros), entendemos que o curso deveria prever uma disposição curricular condizente com a distribuição de carga horária normalmente atribuída às línguas estrangeiras na escola regular, promovendo, assim, propostas de trabalho mais adequadas a essa realidade. Lembramos que, normalmente, uma disciplina de língua pressupõe um número de horas de aula que corresponderia a cerca de um terço da carga horária que, acreditamos, seria exigida para cada nível do material AVE.

Por outro lado, se estiver em jogo a possibilidade de que o aprendiz acesse a plataforma em sua própria casa, não podemos desconhecer a realidade da maior parte dos alunos de escolas públicas em nosso país. Esses, muitas vezes, não possuem nem equipamentos adequados nem conexão à internet com banda larga em suas residências de modo a acompanhar o curso nesse espaço, o que torna ainda mais inadequada, além de discriminatória, a escolha da Plataforma AVE para essa finalidade.

Coerência do material com as Orientações Curriculares do Ensino Médio

Como crítica mais geral ao material, destacamos que este foi elaborado com base no “Quadro Comum de Referência Europeu”, ou seja, a partir uma realidade que está muito distante da realidade brasileira. Parte-se, portanto, de uma realidade e de problemáticas específicas que diferem substancialmente daquelas com as quais nos identificamos e na qual não nos inserimos como sujeitos/cidadãos. Por ser assim, está longe do que consideramos ser um material orientado para promover a aprendizagem da língua espanhola entre/por parte dos alunos de Ensino Médio, em consonância com os princípios que orientam o ensino no contexto escolar. As questões cruciais tratadas nas OCEM não são sequer tangenciadas pelo *design* pedagógico disponibilizado pelo material AVE. Não há nele propostas que privilegiem temas que possam ser trabalhados transversalmente e apenas em alguns poucos casos isso poderia ser desenvolvido pelo professor num debate em aulas presenciais (p. ex.: trabalho - atividade na qual dois dos temas chamam a atenção do ponto de vista da ideologia valorizada: *triunfar en el trabajo* e *altos ejecutivos* - códigos sociais para o tratamento

etc.), sendo que os apresentados são tipicamente espanhóis ou até mesmo de apenas uma parcela da sociedade espanhola).

O material não tem, como se pode ver, uma abordagem questionadora e crítica, tal como sugerem as OCEM, e, inclusive, reforçam-se nele estereótipos ou ainda se difundem valores, convenções e práticas próprias de uma sociedade europeia e bastante competitiva, bem distante ao menos de uma parcela de nossos alunos. Embora possamos ser afetados pela competição e pelo individualismo, entendemos que a escola deve levar à formação do cidadão, ao questionamento constante e à revisão dos valores da sociedade na qual nos inserimos.

Por outro lado, as suas diversas atividades estão voltadas para a assimilação de funções linguísticas e atos de fala atrelados a contextos de viagem, restritos a eventos de uso da língua convencionalizados, a contextos de imersão notadamente exclusivos da comunidade europeia, nos quais os falantes a utilizariam como turistas, estudantes universitários ou executivos. Chega-se a falar, em algumas atividades, de hábitos do mundo hispânico, porém, o tratamento dado ao tema leva a crer que tais hábitos e condutas são homogêneos, o que não corresponde, absolutamente, à realidade dos fatos. Estes últimos comentários, por sua vez, nos conduzem ao tema abordado no item seguinte.

Diversidade linguística e cultural

Há, no material AVE, um evidente predomínio de conteúdos nocionais e funcionais que remetem exclusivamente à cultura espanhola, mais precisamente a uma parte dela, que constantemente é focada como padrão. A título de exemplo, observamos que, no nível A, as referências à América hispanofalante aparecem de forma esporádica e restrita, quase sempre, a informações sobre o léxico, tratadas, aliás, de modo inadequado, como itens de vocabulário. Nesse sentido, no que concerne à questão da homogeneidade vs. heterogeneidade do mundo hispânico, cabe dizer que, neste curso, reina o primeiro termo do binômio. Tal fato chama particularmente a atenção, não apenas pelo caráter reducionista que tem, independentemente de qualquer outra consideração, mas pelo fato de que uma das alegações mais fortes para a oferta da língua espanhola em nossas escolas é a promoção da integração latino-americana. Se esse é um dos objetivos mais fortes para o ensino dessa língua entre nós – e defendemos essa posição – por que nossos alunos deveriam aprender uma variedade historicamente privilegiada no ensino dessa língua no Brasil, mas não compatível com outras variedades presentes em nosso continente, com as quais nosso aluno poderá ter maior contato? Isso, somado à questão cultural e à exposição a situações próprias da comunidade europeia e de parte da realidade

espanhola, constitui uma contradição tanto no nível da política educativa, quanto da política linguística do nosso país.

Ressaltamos, ainda, que o material focaliza uma parte apenas da realidade espanhola, apresentando um mundo absolutamente castelhano ou mesmo madrileno, que vem apenas entremeado de algumas falas de procedências variadas, não identificadas como tal, e algumas alusões a personagens de nacionalidades diferentes (sobretudo ao falar de profissões ou mesmo para identificar figuras, personagens famosos etc.). Portanto, a diversidade constitutiva do mundo hispânico, também uma questão muito valorizada pelas OCEM, não é contemplada no material.

Reiteramos que essa lacuna observada no material é especialmente problemática, principalmente devido à constante relação que se estabelece entre a necessidade do ensino e aprendizagem do espanhol e a integração do Brasil com os países vizinhos, que certamente não falam o espanhol difundido pelo material AVE. Assim, podemos afirmar que constituiria uma postura no mínimo incoerente por parte do Ministério da Educação estimular a sua adoção, pois desde as primeiras discussões e projetos de lei a respeito da inserção do espanhol na educação básica, em meados da década de 90, já se trazia como justificativa a integração latino-americana, de forma mais ampla, e a constituição do MERCOSUL, de forma mais específica, hoje inclusive já ampliado para a chamada UNASUL¹¹.

A análise do material, portanto, aponta para a conclusão de que não há uma preocupação com o desenvolvimento da consciência do aluno com respeito à heterogeneidade no uso da linguagem, que é de natureza contextual, social, histórica e cultural, bem como está longe de aproximá-lo da realidade linguística, social e cultural dos seus vizinhos de continente, com os quais hoje são desenvolvidos grandes projetos educativos (veja-se, nesse sentido, o Mercosul Educacional¹², as escolas bilíngues de fronteira, a lei argentina de oferta de português no Ensino Secundário e as várias iniciativas que nesse âmbito vêm sendo tomadas, inclusive no plano jurídico).

Pensando nesse aspecto, inexistente qualquer abordagem inter- ou multicultural no material apresentado, ou seja, sua exploração dependerá de que o tutor/professor a ponha em prática, quando e se quiser e puder, em situações extra-material ou então nas situações em que ele decida desenvolver com seus alunos uma reflexão crítica a respeito dos temas apresentados no material.

¹¹ UNASUL (União das Nações Sul-americanas) é uma comunidade formada por doze países sul-americanos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. O objetivo principal é o de propiciar a integração entre os países da América do Sul nas áreas econômica, social e política. Pretende-se uma coordenação e cooperação maior nos segmentos de educação, cultura, infra-estrutura, energia, ciências e finanças.

¹² A esse respeito ver: <http://www.ipol.org.br> e <http://www.sic.inep.gov.br>.

Assim sendo, não há qualquer movimento que leve a uma atitude crítica e reflexiva, fundamental para uma proposta educativa de natureza formativa, considerando-se que nessa etapa de sua vida escolar os alunos não necessitam apenas informar-se, mas também, e principalmente, educar-se e constituir-se como sujeitos e cidadãos.

Levando em conta esse aspecto, observamos que o material não proporciona o desenvolvimento de uma postura que leve o aluno a compreender que posição/lugar ele ocupa na sociedade, assim como também não propicia questionamentos sobre o seu papel transformador nesse contexto. Desse modo, o ensino da língua estrangeira, assim como está pensado no material AVE, não contribui, como desejam as OCEM e os PCN, para o desenvolvimento da cidadania do aluno.

Tipologia de exercícios e abordagem

O curso – de cunho basicamente auto-instrucional - parece ter sido concebido sob uma perspectiva pautada nas seguintes ideias:

- a) a máquina pode ensinar o aluno, pois **a figura do professor é inexistente**, delegando-se ao tutor a capacidade, bastante reduzida, de ocupar o espaço que seria do primeiro. Também **a figura dos colegas é minimizada**, o que, do ponto de vista pedagógico e da psicologia do desenvolvimento do adolescente, não seria desejável;
- b) o **ensino de línguas** pode ser feito de forma **massificada**, priorizando-se o ato de ensinar pela transmissão de informações, o que corresponde ao ensino de massa (a proposta do material AVE, como já foi dito, parece querer valer para qualquer aluno, de qualquer contexto, de qualquer lugar do mundo e de qualquer idade; não pareceria necessário respeitar diferenças e interesses individuais ou de grupos específicos; a diversidade é ocultada e prevalece uma homogeneidade falsa e ideologicamente perigosa na sua essência e naquilo que pretende naturalizar);
- c) a **interação** e a **reflexão** não são componentes essenciais do processo de aprendizagem; somos categóricos em afirmar que nesse curso, tais elementos inexistem;
- d) o **conhecimento é reproduzido** (e não construído) e o material estimula ainda aspectos meramente **mecanicistas** da aprendizagem.

Com relação à tipologia de exercícios, observamos que o curso prioriza as atividades individuais. No nível A, por exemplo, as práticas quase sempre se restringem a repetições, exercícios de completar e relacionar, identificação de informações e exposição a diálogos. Nesse sentido, se aproximam bastante de

concepções de ensino e aprendizagem anteriores até mesmo ao comunicativismo, de natureza meramente estrutural.

A prática de leitura e de compreensão leitora não ocupa um lugar de importância no processo de ensino, pois são poucos os textos oferecidos e, em sua maioria, são breves, artificiais (não autênticos e nem mesmo, na sua maioria, compatíveis com práticas discursivas que efetivamente circulam na sociedade), não representando maiores desafios para o aluno brasileiro. Além disso, as atividades de leitura, nas quais impera uma visão da leitura como mera aplicação de estratégias e não com níveis de compreensão, são praticamente todas de localização de informação, ficando muito longe das mais atuais propostas de letramento crítico.

Ressaltamos, de igual forma, que nesse curso, os exercícios constituem a essência do processo de ensino e aprendizagem, que se apresenta como muito mais ampla, preocupada com “uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre” (MORIN, 2000, p.11¹³).

As atividades de produção escrita se limitam, muitas vezes, à tarefa de completar diálogos ou frases com palavras ou segmentos um pouco mais extensos. Com frequência, o aluno não precisa sequer elaborar frases, mas apenas relacionar colunas ou blocos de informações. Daí, a ausência de atividades que desenvolvam a produção escrita em consonância com diferentes finalidades e gêneros escritos.

No que se refere às atividades de expressão oral, o aluno parece “interagir” somente com a máquina, escutando e repetindo sons, o que faz com que o material não chegue nem perto de uma almejada abordagem sociointeracionista, mais adequada às finalidades do ensino e da aprendizagem de línguas no âmbito escolar.

Tais características, além da pobreza que revelam, apontam para um sistema virtual de aprendizagem fechado. Percebe-se a necessidade de que o aluno imprima muitos dos conteúdos para que possa estudá-los, o que se revela pouco adequado para a cultura de ensino e aprendizagem existente em nossas escolas, além de inviável do ponto de vista econômico. Nesse sentido, o material contraria totalmente aquilo que foi estabelecido em edital do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹⁴ como exigência até mesmo para os livros dirigidos ao Ensino Fundamental.

Considerações do ponto de vista técnico

¹³ MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

¹⁴ <http://www.fnde.gov.br/>

Conforme já mencionamos, consideramos que o curso AVE se presta a atividades individuais e não coletivas. Preocupa-nos o fato de que pode ser inadequado para o trabalho realizado em laboratórios de informática repletos de alunos, já que é provável que a maioria das conexões sejam lentas e os computadores não sejam os mais completos e adequados para conseguir carregar o tipo de atividades propostas no curso. A apreensão se mantém quando pensamos na provável falta de condições de uso do material nas residências dos estudantes.

Do ponto de vista técnico, é preocupante o fato de o material somente poder ser usado com conexão à Internet e de, aparentemente, o sistema de avaliação da aprendizagem do aluno ser limitado (não fica clara, na plataforma, a forma como o aluno controla suas respostas). Aparentemente, ele pode refazer o exercício várias vezes, sem que fique registrada a resposta (incorreta) que havia dado inicialmente à questão. Além disso, também não fica claro se o aluno é orientado a seguir um percurso definido que seja condizente com suas necessidades de aprendizagem. Se não houver orientação, corre-se o risco de que ele se perca. Além disso, essa avaliação fica restrita ao que se considera acerto ou desacerto, mais exatamente erro, não havendo nenhuma possibilidade de negociação de formas, sentidos, soluções e tampouco a compreensão daquela produção naquele estágio do processo de aprendizagem.

O tipo de resposta (*feedback*) proporcionado pelo sistema, na maioria das atividades, não leva em conta as especificidades do aprendizado de espanhol por parte dos brasileiros, dada a dita proximidade entre essas duas línguas e o tipo de necessidade que isso gera para que o processo se desenvolva satisfatoriamente. Uma das consequências mais desastrosas do ponto de vista pedagógico quando da utilização de um material desenvolvido para um público genérico internacional é que se desconsidera que exista compreensão inicial elevada por parte do aluno brasileiro em relação à língua espanhola. Porém, tratando-se de produção (oral ou escrita), o aluno precisa perceber e ser exposto às diferenças constitutivas entre as duas línguas em todos os seus níveis linguísticos (fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, léxicos, semânticos) bem como nos enunciativos, pragmáticos e discursivos, o que não é de forma alguma garantido pelo *feedback* que o material AVE disponibiliza.

De modo análogo, preocupa-nos a concepção de sistema fechado, com senhas de acesso distribuídas e administradas por um servidor do Instituto Cervantes, que é seu proprietário. A orientação que se faz, neste caso, é a de que todos os materiais disponíveis no Portal do Professor estejam armazenados no servidor do próprio Ministério e não em um outro que esteja fora do país, como atualmente encontra-se a Plataforma AVE. Seria desejável, ainda, que os professores pudessem ter autonomia para o desenvolvimento de atividades de sua própria autoria, para serem trabalhadas

com alunos específicos, a partir de suas dificuldades, necessidades e expectativas concretas, em contextos também específicos, o que vai no caminho inverso do mecanismo de massificação que encontramos na concepção de elaboração do material AVE.

Tal concepção se apoia, como afirmamos antes, exclusivamente no desenvolvimento de um curso pensado para aprendizagem individual, em um sistema fechado, sem que os professores interessados possam transportar e modificar as atividades criadas e reutilizá-las, adaptando-as aos seus objetivos e necessidades, ao seu contexto e às condições que este lhes impõe, tal como convencionalmente vem sendo tratado na literatura da área, quando se fala em características dos objetos de aprendizagem (cf. LEFFA, 2006)¹⁵. Outra limitação relacionada a esse aspecto é a impossibilidade de instalação do sistema, ou de partes dele, em um computador ou rede de computadores. Caso houvesse essa possibilidade, as atividades poderiam chegar a ser desenvolvidas de forma satisfatória quando houvesse problemas de conexão, ou mesmo em escolas em que não houvesse internet, mas sim laboratórios. Trata-se, portanto, de um detalhe técnico importante, pois restringe as possibilidades de uso e, igualmente, a autonomia do professor.

Considerações finais

Consideramos que o material não deve, sob nenhuma hipótese, ser imposto como única alternativa para o ensino do espanhol – o que, de fato, felizmente, até agora não foi feito – pois empobreceria o processo de ensino e aprendizagem e se afastaria completamente do proposto nos documentos que regem a educação brasileira, assim como a própria LDB. Recordamos que essa dispõe, em seu artigo III, parágrafo 3º, sobre os princípios do ensino no Brasil, que traz como fundamento o “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”. Tal princípio estaria totalmente infringido diante da iniciativa de assunção do material AVE como o “material” e o “enfoque” para o ensino de espanhol no país, risco que se corre efetivamente, sobretudo quando acompanhamos as dificuldades que vêm tendo e o que vêm fazendo as Secretarias de Educação para levar a cabo a oferta obrigatória da língua espanhola no Ensino Médio e facultativa no Ensino Fundamental, tal como estabelece a lei 11.1611.

Diante desse quadro, o material em questão serviria, quando muito, como ferramenta complementar para o professor que quisesse usar algum dos seus recursos com seus alunos para desenvolver alguma questão muito específica. Não vemos, no

¹⁵ LEFFA, Vilson J. Nem tudo que balança cai: Objetos de aprendizagem no ensino de línguas. *Polifonia*. Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 15-45, 2006.

entanto, pelas suas características técnicas e pedagógicas, que essa seja uma possibilidade real. Técnicas, pelas limitações de equipamentos e velocidade de internet na maioria das cidades brasileiras e pedagógicas, em função do modelo de língua (variedade madrilena, com total silenciamento sobre a heterogeneidade constitutiva da língua espanhola e omissão de variedades americanas de grande interesse regional) e de sociedade que o material apresenta (europeia, com valores de classe explicitamente agregados e de cunho individualista, o que contraria os objetivos formativos do ensino de espanhol no país). Um quadro nessa natureza vai, inclusive, no sentido antagônico de um dos objetivos alegados para a oferta obrigatória do ensino do espanhol no Brasil, ou seja, a integração regional, desconsiderando, portanto, o intuito de aproximação atual do Brasil com os países hispânicos vizinhos, não apenas a partir dos já tradicionais objetivos econômicos, mas também por interesses de natureza cultural, social e educativa.

Consideramos que as reflexões aqui expostas possam servir de motivação para que o Ministério da Educação abra espaço, mediante lançamento de editais específicos, para que o coletivo das universidades venha a criar objetos de ensino e aprendizagem virtuais de espanhol condizentes com os temas transversais, com as demandas específicas de cada nível de ensino e de cada público (muito diverso neste imenso país), e com concepções formativas mais amplas, defendidas por esse próprio Ministério em diversos de seus documentos. Ações como esta possibilitariam o desenvolvimento de projetos de inserção das tecnologias na escola pública de acordo com políticas educacionais plurais para as diferentes realidades que compõem o amplo cenário da educação brasileira. Entendemos que seria um retrocesso, do ponto de vista educativo, além de um gesto sumamente contraditório desse Ministério, privilegiar e oficializar esse material ou mesmo impô-lo, já que tudo nele contraria o que o próprio Ministério vem enfatizando já há algum tempo.

Finalmente, tendo em vista a análise apresentada, caberia que fossem articulados e desenvolvidos, em colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos municípios e as universidades públicas, cursos de formação continuada aos professores de espanhol da educação básica, que contemplem a reflexão a respeito da avaliação e produção de materiais didáticos, sejam eles mediados ou não por computador. Dessa forma, os docentes, a partir de suas demandas, poderão vincular as orientações oriundas dos documentos nacionais às especificidades e necessidades dos alunos dessa faixa etária, de forma a alcançar os objetivos fundamentais dessa etapa tão crucial da educação do jovem e da sua preparação para exercer plenamente sua cidadania.